

## DESAFIANDO A INÉRCIA EDUCACIONAL: O IMPACTO DE NOVOS CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Larissa Lima de Freitas <sup>1</sup>

Ariel José da Silva <sup>2</sup>

Fredson Murilo da Silva <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho investigou a promoção do conjunto de práticas inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Santos Paes no município de Glória do Goitá - PE, tendo como colaboradores principais, os docentes e auxiliares escolares. O objetivo que move este estudo é a compreensão da inércia educacional para trabalhar práticas inclusivas dos alunos com necessidades educacionais específicas. Essa pesquisa fundamenta-se nos trabalhos de Booth e Ainscow (2002), Popkewitz (2001), Diniz (2013) que discutem a promoção de práticas pedagógicas equitativas na sala de aula e os desafios de atender os estudantes em suas necessidades e especificidades no ensino regular. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com a proposta metodológica investigativa. Como instrumentos de pesquisa, foram utilizadas as principais diretrizes e regras que empenham as características das políticas inclusivas e o questionário “*Index for Inclusion*” que foi desenvolvido por Booth e Ainscow como uma ferramenta prática e acessível que pudesse ser utilizada por escolas, esse mecanismo visa identificar as estratégias eficazes e omissões da inclusão em diferentes cenários. Diante desse contexto, revelou-se vulnerabilidades na participação ativa da comunidade escolar, como também um baixo progresso educacional dos estudantes, desse modo, esse estudo propõe-se apresentar alternativas didáticas e de conscientização para a melhoria das práticas inclusivas nesse ambiente.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Conscientização, Políticas Inclusivas.

### INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um tema muito relevante na atualidade, pois visa garantir o acesso e a participação de todos os alunos, independente das suas características específicas. Neste contexto, este estudo tem como objetivo analisar a importância da sensibilização e da melhoria das políticas inclusivas no contexto educativo.

A pesquisa fundamenta-se em um resumo teórico sobre o tema, abordando conceitos fundamentais da educação inclusiva, bem como a utilização do material Índice para Inclusão de Booth e Ainscow (2002), como ferramenta de entendimento de práticas inclusivas em um cenário educacional, além de abordar a revisão da literatura sobre as políticas implementadas em diferentes países. Dessa forma, busca-se compreender as bases teóricas e as práticas adotadas para promover a inclusão educacional.

---

<sup>1</sup> Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [larissa.lfreitas@ufpe.br](mailto:larissa.lfreitas@ufpe.br);

<sup>2</sup> Graduando pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [ariel.silva@ufpe.br](mailto:ariel.silva@ufpe.br);

<sup>3</sup> Professor orientador: Doutorando em Ensino das Ciências, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, [fredmurilo18@hotmail.com](mailto:fredmurilo18@hotmail.com).

A justificativa implícita para a realização desse estudo, reside na necessidade de ampliar o debate da conscientização que permeia a importância da inclusão em diferentes cenários, bem como identificar possíveis lacunas nas políticas inclusivas existentes para refletir na prática sobre melhorias no contexto hodierno. Os objetivos buscaram analisar as políticas inclusivas adotadas em um contexto educacional, identificar as boas práticas como também os desafios enfrentados pelo sistema de ensino. Para além desse debate, também buscou-se sintetizar as discussões e resultados obtidos por meio da análise dos dados coletados, visando contribuir para o aprimoramento das políticas inclusivas.

A transformação social necessita urgentemente de um olhar direcionado e ativo para a o asseguramento de direitos e igualdades a fim de superar estereótipos e preconceitos para que a inclusão torne-se uma realidade em todas as áreas da vida, em especial no contexto escolar, onde a formação cidadã perpassa, pois não se transforma realidades sendo inertes aos desafios, é preciso de um impulso no ensino. para além dos trâmites de políticas legislativas.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem de pesquisa qualitativa, realizada na Escola Santos Paes, situada no município de Glória do Goitá, no estado de Pernambuco. Precedentemente à condução da pesquisa, obteve-se a outorga ética da aprovação da gestão escolar foi obtida por meio de um processo formal de autorização. Com a intenção de garantir a proteção dos membros envolvidos no estudo, os professores e auxiliares participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ressaltando a Resolução 466/2012 que estabelece diretrizes e normas de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, assegurando a proteção dos direitos de privacidade e confidencialidade relacionados à presente pesquisa.

Para a realização, utilizou-se como ferramenta investigativa o documento intitulado "*Index for Inclusion*" (Índice de Inclusão), de autoria de Booth e Ainscow (2002). Esse livro é amplamente reconhecido e visa identificar impasses da inclusão nas escolas. Os autores são pesquisadores renomados na área, com extensa experiência no desenvolvimento de abordagens inclusivas. Os questionários do Índice de Inclusão foram empregados como parte deste estudo, eles são ferramentas para serem utilizadas por diferentes segmentos da comunidade escolar, tais como professores e rede de apoio pedagógico os quais foram alvos dessa pesquisa.

Inicialmente, investigou-se os professores e auxiliares de sala de aula da escola por meio do questionário com indicadores, esse questionário tem como objetivo identificar como

se dá a relação do processo de ensino e aprendizagem ao que se refere a Educação Inclusiva, como também analisar perspectivas futuras do sistema educacional. A amostra foi composta por 36 participantes, 14 professores e 22 auxiliares. Esses participantes responderam à dimensão “A” presente no contexto do questionário: a) criação de culturas inclusivas, com 13 questões. Para aplicabilidade foi informado a equipe administrativa da escola sobre como seria a realização dessa pesquisa, assim, a mesma expôs para os envolvidos na comunidade escolar sobre o interesse no desenvolvimento deste trabalho para que eles voluntariamente pudessem compor os membros participantes. Foi então enviado um formulário on-line com o respectivo questionário intitulado Índice de Inclusão, onde eles responderam de forma anônima ao mesmo.

Posteriormente, os dados foram coletados e organizados de forma quantitativa, fazendo um comparativo entre as respostas com as seguintes variantes: concordo; concordo totalmente; discordo; falta informação. Para tal, correlacionou-se os estudos de Gilberto Martins e Edgard Cornacchione (2021), e utilizou-se a Escala Likert que é a forma que a pesquisa foi respondida, tendo em vista que ela permite que os participantes expressem seu nível de concordância que varia de acordo com um semáforo de cores: verde escuro - concordo totalmente; verde claro - concordo em parte; rosa - discordo; amarelo - falta informação. Foi utilizado esse material de Booth e Ainscow (2002), porque no cenário escolar a condução da pesquisa necessitaria de uma medida quantitativa das opiniões e atitudes dos participantes. A escolha dessa abordagem se deve à natureza exploratória do estudo que busca obter insights profundos sobre as práticas inclusivas adotadas na instituição de ensino.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A compreensão sobre a temática da Educação Inclusiva requer uma visão mais detalhada, pois nas últimas décadas, transformações sociais, políticas e econômicas têm impactado significativamente o contexto educacional. Quando fala-se sobre inércia educacional, compreende-se que ela é caracterizada pela oposição à mudança e a adoção de práticas inovadoras para a educação, manifesta-se como um obstáculo significativo para diversos contextos de instituições de ensino no Brasil, que por inúmeras vezes transcende o espaço físico da escola, despertando preocupações coletivas em relação a estrutura social na qual os estudantes estão inseridos, levando a reflexões acerca das complexidades desse assunto. Segundo Booth e Ainscow (2002, p. 9):



a minimização de barreiras à aprendizagem e à participação envolve a mobilização de recursos dentro da escola e de suas comunidades. Sempre há mais recursos para o apoio à aprendizagem e à participação do que os que frequentemente se usam dentro de um contexto. Recursos não se referem apenas a dinheiro. Tal como as barreiras, eles podem ser encontrados em qualquer aspecto de uma escola; nos estudantes, pais e responsáveis, comunidades e professores; nas mudanças nas culturas, políticas e práticas.

A educação inclusiva refere-se a um modelo educacional que busca garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas características, habilidades ou necessidades (Booth; Ainscow, 2002, p. 9). No contexto brasileiro, o Decreto de nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, desempenha um papel fundamental. Em seu artigo 1, ele configura o propósito de garantir o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais visando a promoção do respeito e liberdade. Tal busca, implica em desafiar as normas preestabelecidas e está intrinsecamente ligada a reflexão sobre a padronização entre o que é considerado normal e o que está fora dele, conforme destaca (Popkewitz, 2001) a inclusão e exclusão não são conceitos separados, mas sim, mutuamente constituídos e impacta diretamente a participação e a oportunidade de desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Outrossim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao estabelecer diretrizes que são fundamentais para a educação no país configura um avanço e é destacado no artigo 205, salienta-se que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Ademais, o artigo 206 prevê a importância de ministrar o ensino com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. E ao que se refere à Educação Inclusiva, a Constituição em seu artigo 208, inciso III, estabelece que é dever do Estado a garantia do atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Documentos como a Declaração de Salamanca de 1994 são exemplos concisos que proporcionam o acolhimento da diversidade nas escolas como também adotar práticas pedagógicas inovadoras. Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estabelece um marco legal ao destacar a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos, a valorização dos profissionais da educação e a promoção da igualdade e acesso à educação.

Ressalta-se a importância do acesso à Educação Infantil, pois é nessa etapa que habilidades fundamentais são adquiridas, assim como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevê por meio dos seus seis direitos de aprendizagem e cinco campos de

experiências para assegurar esses compromissos. Desse modo, observa-se que as reflexões referente às pedagogias inclusivas são essenciais, enfatizando-se a adaptação do currículo, estratégias de ensino e o envolvimento da comunidade escolar. Nessa perspectiva, a entrevista com Colin Barnes, que foi um renomado sociólogo e acadêmico britânico dedicado ao estudo dos direitos das pessoas com deficiência, realizada por Débora Diniz, traz à tona o questionamento sobre quem são as pessoas com deficiência:

São aquelas identificadas, de uma forma ou de outra, como social, biológica, intelectualmente inadequadas. De todo modo, isso é um julgamento de valor, porque, quanto mais sofisticadas ficam as sociedades, mais impedimentos nós criamos: exemplos são as condições como a dislexia ou a numeracia, a inabilidade de ler e a inabilidade de escrever, que não necessariamente ocorrem por falta de inteligência, mas pela forma como o cérebro funciona. Isso não seria um problema em ambientes rurais, onde não se espera que as pessoas leiam muito, mas em sociedades desenvolvidas é uma grande questão (Diniz, 2013, p. 3).

É perceptível nessa fala de Colin Barnes, que embora os documentos assegurem tais direitos, é possível perceber a exclusão social no avanço das sociedades, que pode propiciar uma comunidade inerte a essas problemáticas e desmotivada para a mudança.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de reestruturar a perspectiva adotada por muitas instituições educacionais, para aprimorar as condições de ensino e aprendizagem, bem como capacitar e atualizar os profissionais da educação para atender as demandas que lhes são atribuídas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram como a percepção da educação inclusiva é maleável e a importância entre o professor e auxiliar de sala de aula trabalharem em conjunto, a fim de assegurar os direitos dos estudantes, bem como a influência do meio em que esse estudante está inserido impacta também na vida escolar.

### **Análise do questionário com indicadores - dimensão A:**

**Questão 1:** Fazemos com que todos se sintam bem acolhidos. - 94% concordo totalmente; 5,6% concordo em parte.

**Questão 2:** Os alunos auxiliam-se mutuamente. - 75% concordo totalmente; 25% concordo em parte.

**Questão 3:** Os profissionais da escola colaboram mutuamente. -88,9% concordo totalmente; 11,1% concordo em parte.

É possível perceber que a grande maioria dos respondentes concordou ao que se refere a importância de um ambiente acolhedor e colaborativo. Esse engajamento é muito significativo, a colaboração dos profissionais que lidam com essas questões em seu cotidiano pode propiciar aos estudantes um meio significativo de comprometimento social, ou seja, a empatia e solidariedade são mutuamente engajadas pelo coletivo, tomando ponto de partida da ação do outro para si. Esse movimento é inerente ao que diz Booth e Ainscow (2002, p. 8):

O que as escolas podem esperar alcançar Inclusão é considerada como a "chave" da política governamental de educação. Entretanto, muitos professores argumentam que eles têm que trabalhar duro para minimizar as pressões excludentes das políticas que, ao encorajarem a competição entre as escolas, podem levar a uma perspectiva limitada de sucesso dos estudantes. Muitas barreiras à aprendizagem e à participação residem em contextos sobre os quais as escolas têm pouco controle. As barreiras mais poderosas ao sucesso permanecem sendo aquelas associadas à pobreza e ao stress que ela produz. Contudo as escolas podem mudar, e mudam.

**Questão 4:** Os profissionais da escola e os alunos se tratam respeitosamente - 97,2% concordo totalmente; 2,8% concordo em parte.

**Questão 5:** Existe parceria entre os profissionais da escola e os pais/responsáveis. - 66,7% concordo totalmente; 30,6% concordo em parte; 2,8% discordo.

**Questão 6:** Os profissionais da escola e os gestores trabalham bem em conjunto. - 86,1% concordo totalmente; 11,1% concordo em parte; 2,8% falta informação.

Observa-se a existência de uma lacuna, em específico a questão 6, trata-se da parceria entre os profissionais da escola e os pais/responsáveis. Essa ausência de companheirismo também é prejudicial, já que interfere diretamente no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, é compreensível que a fase inicial da vida escolar seja particularmente desafiadora para cada família, pois eles estão aprendendo a lidar com condições específicas de cada indivíduo, por isso também é necessário que regularmente seja feita reuniões, palestras e conversas abertas, a comunidade deve participar ativamente do processo do gerenciamento escolar, a inclusão só acontece incluindo, tentando e inovando diariamente. Sendo assim:

Se colocarmos o panorama contemporâneo da estatística nacional e internacional num contexto histórico, ela integra uma visão oitocentista da escolaridade como um meio de 'resgatar' crianças de suas condições econômicas, sociais e culturais graças a uma intervenção planejada. A noção de resgate combina visões religiosas de salvação com noções seculares sobre os efeitos da pobreza, da classe e discriminação social/racial. (Baker; Popkewitz, 1998, p. 125).

**Questão 7:** Todas as comunidades locais são comprometidas com a escola. - 61,1% concordo totalmente; 33,3% concordo em parte; 2,8% discordo.

**Questão 8:** Há grandes esperanças para todos os alunos. - 83,3% concordo totalmente; 11,1% concordo em parte; 5,6% falta informação.

Percebe-se que as questões 7 e 8 expõem que a comunidade tem um compromisso significativo com a escola, no entanto, também é importante levar em consideração o dado que concorda parcialmente essa participação. Ao olhar para os estudantes, observa-se um olhar esperançoso para o desenvolvimento integral deles, mas é necessário buscar compreender significativamente os 11,1% que não concordam totalmente com essa questão, com a finalidade de aprimoramento profissional e do ensino.

**Questão 9:** Os profissionais da escola, os gestores, os alunos e os pais/responsáveis compartilham a mesma filosofia de inclusão. - 77,8% concordo totalmente ; 22,2% concordo em parte.

**Questão 10:** Os alunos são estimados com equidade. - 86,1% concordo totalmente; 13,9% concordo em parte.

**Questão 11:** Os profissionais da escola e os alunos interagem como seres humanos, bem como os titulares de um “cargo”. (Reconhece que esses indivíduos não são apenas ocupantes de funções específicas (como professor, aluno ou funcionário), mas também seres humanos com experiências, emoções e relações que vão além de seus papéis formais). - 91,7% concordo totalmente; 2,8% concordo em parte; 2,8% discordo; 2,8% falta informação.

As questões 9, 10 e 11, revelam resultados que são competentes para a promoção da empatia e colaboração social, visto que a posição de um cargo não pode ser um fator determinante e fixo, ao que se refere a gestão escolar, é necessário que o olhar democrático seja um fator fundamental para as diferenças e que ainda é necessário que os pais/responsáveis estejam alinhados com os ideais propostos pela escola para um trabalho em conjunto . Desse modo, a BNCC (Brasil, 2018, p. 14) reconhece que:

a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.

**Questão 12:** Os profissionais da escola buscam suprimir as barreiras à aprendizagem e à participação em todos os aspectos da escola. - 97,2% concordo totalmente; 2,8% concordo em parte.

**Questão 13:** A escola se empenha para minimizar todas as formas de discriminação. - 97,2% concordo totalmente; 2,8% falta informação.

As questões 12 e 13, mostram como a escola tem buscado suprimir as barreiras existentes à aprendizagem, o que é de extrema importância para o asseguramento das políticas inclusivas e assim combater as diferentes formas de discriminação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desafiar a inércia educacional envolve reconhecer o potencial da inovação ou do primeiro passo, pois buscar novos caminhos é essencial para construir significativamente a vida de pessoas que perpassam os territórios das escolas. A inclusão escolar não deve ser encarada como um conjunto de medidas isoladas, mas sim como um movimento coletivo, tão pouco deve-se engessá-la ao pensamento que a inclusão trata-se apenas de pessoas com deficiência, mas sim, de todas as pessoas.

Portanto, compreende-se que os novos caminhos e abordagens pedagógicas que envolvem metodologias ativas e o uso das diferentes formas de tecnologias como ferramentas de apoio, é possível superar barreiras atitudinais. É fundamental o investimento na formação de professores e dos profissionais que estão em constante movimento dentro e fora da sala de aula. Para que o ideal de inclusão se torne uma realidade, é necessário o cumprimento de todos os atores envolvidos, bem como a implementação, asseguramento e fiscalização de políticas públicas em direção ao compromisso da valorização da diversidade.

Desse modo, esse trabalho contribuiu para a compreensão da importância acerca dos caminhos e desafios que envolvem a inclusão escolar, que é necessário recuperar a inspiração e retomar o movimento, pois a imobilidade também apresenta características de uma sociedade presa em seus sentidos. Espera-se que essa contribuição acerca do exposto possa inspirar e direcionar o olhar para uma escuta ativa e atenta, como também um olhar com lentes limpas para uma educação inclusiva, que beneficie todos os estudantes e sua comunidade para fortalecer os alicerces de uma sociedade justa e solidária.

## **AGRADECIMENTOS**

Apresentamos nossos sinceros agradecimentos a todos os envolvidos na realização deste estudo. Sem o apoio e contribuição de cada um, este trabalho não teria sido possível. Gostaríamos de agradecer especialmente ao nosso orientador, Fredson Murilo, por sua orientação dedicada e suporte no decorrer deste projeto. Sua vasta experiência e conhecimento foram peças valiosas. Agradecemos também à Secretaria de Educação do Município da Glória

do Goitá - PE e à Instituição de Ensino pelo apoio provido, pois sua disponibilidade e suporte foram fundamentais para a condução das pesquisas e obtenção dos resultados apresentados neste estudo que visa uma garantia dos direitos humanos e melhoria na promoção das igualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index Para a Inclusão: Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola.** Reino Unido: CSIE, Setembro, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 dez. 2023

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 dezembro 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.**

DINIZ, D. **Deficiência e políticas sociais** – entrevista com Colin Barnes. Revista SER Social, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 237-251, 2013.

MARTINS. Gilberto; CORNACCHIONE; Edgard. **Editorial:** Item de Linkert e Escala Likert. Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, 1 Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 1-5, jan./abr. 2021.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. **Estatísticas educacionais como um sistema de razão:** relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. Educação & Sociedade, ano XXII, no 75, Agosto/2001, p. 111-148, Agosto, 2001.

**Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012:** diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): MS; 2012.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção** – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1996).